

Para os oposicionistas, a sugestão pouco vale

Das sucursais

O senador José Richa, do PMDB, disse ontem em Curitiba que a proposta do senador Aloysio Chaves, de que o próximo Congresso deverá ter poderes para elaborar uma nova Constituição, é uma tese "que não se aplica muito bem no atual momento institucional da política brasileira".

Para Richa, além da assinatura de protocolo de adesão entre todos os partidos, a proposta deveria ser precedida de uma ampla discussão "abrangendo segmentos da sociedade civil como a OAB e a CNBB".

Além disso, José Richa afirmou que "a tese deveria ser precedida da revogação de instrumentos opressivos como a Lei de Segurança e a atual Lei de Imprensa, para que se tenha uma discussão com liberdade total".

A proposta de Aloysio Chaves, lembrou o senador peemedebista, "foi levantada em uma época de tumulto eleitoral, em que o governo se preocupa em perpetuar seu grupo no poder".

Outro político paranaense que comentou a proposta foi o presidente regional do PP, deputado Borges da Silveira, que se mostrou preocupado com a tese: "Meu receio é que tudo isso não passe de manobra para se convocar o atual Congresso e conceder a prorrogação de mandatos. Não há como ir contra essa idéia, mas desde que ela realmente pressuponha um Congresso que seja inteiramente novo".

Em Recife, o deputado federal Fernando Lyra, do PMDB, elogiou a tese de Aloysio Alves, mas também tem restrições em relação ao assunto: "A abertura não chegou ao Congresso Nacional. Ele continua como se estivéssemos ainda sob a égide do AI-5. A idéia é louvável, mas é uma tangente. A solução real e definitiva só virá com a convocação de uma Constituinte".

Também o presidente do PMDB na Bahia, Rômulo Almeida, criticou a proposta: "O Congresso já tem a capacidade de emendar a Constituição. Nós precisamos é de uma Constituição completamente nova e isso implica todo um novo sistema jurídico, que não pode ser uma nova colcha de retalhos".

Uma nova Constituição, segundo Rômulo Almeida, requer a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte: "Isso exige poderes específicos. Uma Constituinte só poderia ser eleita depois que o Congresso removesse todos os obstáculos à liberdade dos partidos e dos eleitores. Será preciso, ainda fazer uma ampla campanha popular, em torno dos princípios que a Assembléia Constituinte deverá adotar".

Por sua vez, o presidente do PP balano, Roberto Santos, disse que não tem antipatia pela idéia e acredita que ela possa ser apoiada, "desde que signifique que o próximo Congresso tenha poderes constituintes prévios e claramente estabelecidos".

"INSIGNIFICANTE"

Se em Santa Catarina no Nordeste a reação contra a proposta foi moderada, no Rio Grande do Sul as críticas foram mais duras. O deputado Alceu Collares, do PDT, considerou a tese "insignificante" ao falar sobre o assunto em Porto Alegre: "Os pedessistas não dizem nada que presta. Eles têm patrões que não os deixam pensar nem decidir e vivem fuçando a terra para verificar se conseguem tirar minhocas como essa".

Na opinião de Collares, "é incrível que um senador possa sugerir este absurdo, esta heresia política. O Congresso tem poderes de elaborar uma nova Constituição, se quiser. Os atuais congressistas, assim como os que serão eleitos em novembro, não terão representatividade e legitimidade para promover uma ampla reformulação constitucional".

Ele argumentou que o atual Congresso, além dos senadores biónicos, tem parlamentares "eleitos sob a Lei Falcão e uma série de legislações autoritárias", enquanto o futuro Congresso "também será escolhido debaixo de um universo de leis excepcionais".

O ex-governador Sival Guazzelli, presidente da Executiva Regional do PP, também falou sobre a idéia de Aloysio Chaves, em Porto Alegre, mas não fez críticas à tese: "O ideal seria a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, mas deve ser examinada a proposta de conferir aos próximos congressistas a elaboração de uma ampla reforma constitucional".